

GÊNERO DISCURSIVO E TIPO TEXTUAL

Jane Quintiliano G. Silva*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a que funcionamento se prestam as noções de gênero discursivo e tipo textual, quando tomadas como categorias de análise, na tipificação de textos produzidos na e pela sociedade. Para isso, propõe-se uma distinção entre elas, de cunho teórico-metodológico, por considerar-se que cada uma categoriza realidades diferentes do funcionamento do discurso.

1 Introdução

É relativamente freqüente encontrar na literatura o uso das expressões “tipo textual” e “gênero discursivo”, como categorias de análise com valores sinonímicos para atribuir ao texto uma tipificação. Ora utiliza-se uma ou outra (não simultaneamente), para referir-se aos textos concretos, produzidos na e pela sociedade – o que, a meu ver, não seria problemático, pois aí parece-me que há uma questão mais de ordem terminológica que conceitual –, ora apenas uma delas para referir-se tanto aos textos quanto aos modos de organização discursivos nele atualizados. Nesse caso, colocam-se em um mesmo quadro, sob o rótulo de uma dessas expressões, dados que se dimensionam, em termos operacionais, à luz de critérios teórico-metodológicos diferentes. Convém esclarecer, contudo, que tais noções, guardados os valores conceituais e propósitos metodológicos de cada uma, podem entrecruzar-se, em situações de análise, figurando como um instrumental adequado à investigação no domínio do discurso.¹

Esse é o mote que orienta este trabalho, no qual me proponho fazer uma reflexão sobre a que funcionamento essas noções se prestam, na tipificação dos tex-

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

¹ Por *discurso* entende-se aqui uma atividade sócio-comunicativa, produtora de sentido, construída por sujeitos sociais nas relações interacionais de que participam, o qual se manifesta lingüisticamente por meio do texto. Este, por seu turno, pode-se materializar tanto na forma oral quanto na forma escrita, e sua construção se dá no processo das relações interacionais, capaz de constituir-se em um todo significativo, independentemente de sua extensão. Em face dos propósitos deste trabalho, *texto* é aqui tomado como unidade de análise, por pressupor que é nele e por meio dele que se podem evidenciar e analisar os fatores lingüísticos e extralingüísticos que compõem as suas condições de produção e recepção. Em suma, teórica e metodologicamente falando, é no texto e por meio dele que se pode entender como se dá o funcionamento do discurso.

tos, apresentando uma distinção entre elas, de natureza teórico-metodológica. Com esse intento, a questão que se coloca em torno de tais noções não é de ordem terminológica, mas, sim, de cunho conceitual. Embora se saiba dos eternos problemas advindos do uso de uma ou de outra terminologia, creio que, em trabalhos dessa natureza, é preciso que se dê mais atenção aos conceitos que aos nomes em si, uma vez que estes, por razões diversas, nem sempre podem ser os mais adequados para traduzir conceitualmente as realidades a que se referem. Assumindo-se essa direção, pressupõe-se que se pode evitar que se tragam para a discussão de um trabalho conceitos outros identificados em outras instâncias pelo mesmo nome, o que, certamente, poderá acarretar problemas de interpretação e entendimento. Isso se estende igualmente às categorias de análise, o que significa dizer que o mais importante não é necessariamente o nome atribuído a elas, mas, sim, a possibilidade de identificá-las, apreendendo-lhes o funcionamento no processo do trabalho de análise.

Para acercar-me da proposta, primeiramente gostaria de examinar, ainda que de forma rápida e panorâmica, o tratamento que a noção de “tipo textual” tem recebido por vários estudos teóricos que se propõem elaborar tipologias textuais. Essa incursão assume tais contornos, uma vez que o meu objetivo, por ora, é apenas o de evidenciar que essa noção comporta uma rede de significações cujas traduções remetem (ou pressupõem) a diversas formas de apreensão do funcionamento da linguagem, o que acaba por conceder a ela um tom escorregadio e camaleônico. Em seguida, passo à discussão sobre a noção de “gênero discursivo” e a que realidades do domínio da linguagem ela se refere; por fim, retomo as reflexões sobre a noção de “tipo textual”, procurando mostrar, por meio de breves exemplos, como essas duas noções podem entrecruzar-se em um trabalho de tipificação de textos correntes em nossa sociedade.

2. Tipologias textuais e a noção de tipo textual

Em Silva (1995), cujo estudo se volta para analisar os princípios tipológicos em torno dos quais algumas dezenas de tipologias de texto e de discurso se organizam, nota-se que a noção de “tipo textual” encarna valores diversos (vários e diferentes), conforme o *corpus* utilizado na análise e os princípios tipológicos propostos pelas tipologias, bem como as teorias da linguagem das quais essas derivam. No geral, percebe-se que, dada a vertente tipológica a que se alinha, a categorização de textos quanto ao tipo constrói-se à luz de princípios que contemplam as dimensões do discurso que vão desde o interacional/situacional (mais imediato e/ou mais amplo), o textual (macro-organização estrutural) ao lingüístico. Somente para exemplificar, apontem-se algumas dessas dimensões definidoras da natureza dos princípios tipológicos: as propriedades internas à constituição do texto, que incidem sobre plano microestrutural; o esquema global, ou seja, os modelos cognitivos ou esquemas for-

mais culturalmente adquiridos (superestruturas), em sua relação com a macroestrutura textual; os tipos de seqüências (macro) proposicionais; a atitude enunciativa que o locutor assume em relação ao seu objeto de dizer e ao seu interlocutor – modos de organização discursivos; os portadores (suportes) de texto em que se materializa o discurso, e, por fim, os domínios institucionais ou as formações discursivas em que se inscrevem os discursos. Vale ressaltar ainda que algumas tipologias se organizam em torno de vários critérios tipológicos, os quais, em sua relação, constituem a base conceitual do estudo de tipificação do texto.

Em face desse conjunto de princípios múltiplos e heterogêneos que se propõem para a tipificação do texto, observa-se que os estudos teóricos voltados para o estabelecimento de tipologias textuais, operam com uma noção de tipo de texto cuja significação, funcionalidade e aplicabilidade se diferem entre si. Para efeito de exemplo, tem-se o estudo do alemão Dimter (1981, apud Marcuschi, 1995), que indica a existência de 1.600 tipos textuais, redutíveis a cerca de 500 formas básicas representativas dos textos concretos produzidos pela e em nossa sociedade. Seguindo, de certa maneira, essa mesma vertente tipológica, há o trabalho de Eigenwal (1974, apud Isenberg, 1987), que postula apenas 5 tipos textuais, classificando-os em texto periódico, texto econômico, texto político, texto jurídico e texto científico. Nota-se que essa tipificação² tende a sinalizar produções sócio-interlocutivas existente na sociedade. Distanciando-se dessa vertente, há tipologias, como as elaboradas por Werlich (1975, apud Isenberg 1987); Adam (1987, 1991), Fávero & Koch (1987) e Van Dijk (1983), as quais, guardadas as diferenças e propósitos, apontam cinco tipos textuais, nomeados tradicionalmente por narração, dissertação (expositivo), argumentação, descrição e injunção. Essa orientação tipológica, assunto de que cuidarei mais adiante, funda-se em reflexões sobre os esquemas globais, superestruturas, atualizados nos textos. Sob esse enfoque, a noção de tipo textual assume um caráter de um construtor teórico, projetado basicamente para pensar o funcionamento do texto em termos de sua estruturação interna, na qual se imbricam vários planos, tais como o macroestrutural (semântico global) em sua relação com o esquema superestrutural.

Esse quadro deixa evidenciar que a noção de “tipo textual” figura como uma categoria multifacetada de análise (ou como um termo *guarda-chuva*), por recobrir e designar fenômenos bastante diversos quanto à natureza e ao funcionamento do texto. Isso indica que esses autores certamente não operam com a mesma noção de tipo textual.

² Apesar de este trabalho não ter como propósito discutir os princípios tipológicos sobre os quais se fundam as propostas teóricas para o estabelecimento de tipologias, e nem esta nota intente tecer nenhum comentário dessa natureza, eu não poderia deixar de destacar a relação desconcertante que se impõe entre os nomes que tipificam os textos, para qual a questão que se poderia colocar é: por que textos periódicos (notícia, editorial, reportagens, ou outros que possam circular em periódicos e não são jornalísticos) se conjugam com aqueles outros citados em uma mesma proposta tipológica? Nota-se que, se há controvérsia no tratamento dado à noção de “tipo textual”, parece haver igualmente na estruturação das tipologias. A respeito dessas questões, confira os trabalhos de Isenberg, 1987, e Marcuschi, 1994.

Deixemos, por ora, esse universo das propostas tipológicas teóricas com as suas respectivas noções de tipo textual e focalizemos como essa significação instável e movediça de que se reveste o termo em questão muitas vezes acaba por refletir, em trabalhos acadêmicos e didáticos, o modo como se tipificam os textos. Não é raro se encontrarem, em trabalhos dessa natureza, algumas confusões de ordem terminológica, relativas à tipificação de texto, as quais deixam entrever que os trabalhos, para classificarem os dados circunscritos em um mesmo *corpus* de análise, parecem orientar-se por uma seleção assistemática de categorias tipológicas, as quais, cada uma por seu turno, sinalizam os diferentes planos internos da constituição e funcionamento do texto, ou o seu uso e função pragmática nas práticas interlocutivas. Para efeito de ilustração, tomemos uma (pretensa) proposta tipológica em que se manifesta esse problema, atentando-nos tão-somente para a forma como se anunciam os objetos (ou dados) com que ela trabalha: *os três tipos de texto em estudo são diário, narrativa e injunção; ou entrevista, argumentação e descrição; ou carta, dissertação e narração*, etc. Os exemplos poderiam multiplicar-se. São suficientes, no entanto, para o objetivo pretendido, que é apenas o de mostrar que uma proposta tipológica dessa natureza, mediante os nomes indicados – narração, descrição, argumentação, carta, diário, entrevista, etc., – parece conferir aos dados em análise um mesmo estatuto e noção quanto à natureza do texto, levando em conta, evidentemente, a forma como eles são apresentados, o que, de uma maneira ou de outra, não deixa de sugerir que eles parecem conjugar-se entre si segundo certas regras ou princípios, ou seja, se definem de igual maneira em relação a uma base tipológica. Sob essa condição, poder-se-iam levantar algumas hipóteses na tentativa de procurar entender a razão pela qual há entre eles uma relação de conjugação. Assim inscritos naquele quadro, a narração, a argumentação, ou injunção (incluem-se aqui a descrição e a dissertação), em relação à carta, à entrevista e ao diário, etc., parecem atualizar-se como textos concretos representativos de práticas discursivas correntes na sociedade, dos quais os sujeitos dispõem para responderem às necessidades sócio-comunicativas. À luz dessa suposição, a noção de tipo textual que orienta tal proposta parece construir-se sob os parâmetros das condições objetivas de uso e função pragmática dos textos. Avançando um pouco mais nessas especulações (de natureza tipológica), seria igualmente razoável supor que, em termos da dimensão configuracional dos textos, o tipo narrativo em relação ao tipo carta, por exemplo (ou vice-versa), figurar-se-ia como um texto diferente, com uma configuração prototípica, por possuir características micro e macroestruturais e superestruturais específicas à sua organização textual, o que asseguraria a ambos um estatuto que lhes permitiria inscrever-se em um mesmo domínio tipológico. Sob essa condição, a noção de tipo textual pressuposta por tal proposta tipológica parece derivar-se de análises que, entre outros elementos, contemplariam as categorias internas à constituição do texto, ou seja, ao arranjo linear e hierárquico do conteúdo informacional, construído sob certas imposições das partes ou categorias organizadoras da superestrutura do texto.

A respeito dessas suposições, julgo ser prudente não levá-las a cabo, pois, caso o faça, é possível incorrer em outras hipóteses frágeis, para pensar as razões pelas quais narração e carta, ou entrevista e argumentação, diário e injunção se circunscrevem em um mesmo domínio de textos. Tal procedimento se justifica posto que, teórica e metodologicamente falando, está-se diante de dados de natureza heterogênea, como procurarei expor mais adiante. Dito de outro modo, narração e carta, por exemplo, representam fenômenos da linguagem que, do ponto de vista teórico-metodológico, se ambientam em classes disjuntas, cujos princípios de organização ou teorização impõem diferentes delimitações ou recortes no interior do objeto em estudo. O que me parece mais prudente e apropriado é considerar a narração, a argumentação e/ou a injunção, etc. como tipos de operações textual-discursivas³ (tipos textuais, ou modos de organização discursivos, como propõem algumas daquelas tipologias) que se podem atualizar na configuração textual da carta, entrevista ou diário, etc., estes representativos de práticas correntes sócio-comunicativas de nossa sociedade. Com efeito, isso acabaria por provocar um redimensionamento na noção de tipo de texto, em face da delimitação, da extensão e da natureza do objeto de estudo, por pressupor que tais fenômenos em estudo (ou dados) se organizam em um mesmo quadro por estarem implicados, e não mais por serem conjugados.

Sem entrar em muitos detalhes, ou melhor, sem um rigor devido, essa relação de implicação, por ora, poderia ser descrita da seguinte forma: em uma carta, por exemplo, podem figurar tipos textuais como narração, injunção, uma descrição e ou dissertação/argumentação, como operações textual-discursivas, atualizadas pelo locutor, objetivando provocar em seu interlocutor um efeito de sentido⁴ desejado. Da mesma forma, em uma entrevista, é muito comum que o entrevistado ou o entrevistador, na atividade de formulação do texto, agencie várias operações textual-discursivas, tais como, contar, relatar um fato, ou descrevê-lo, para ilustrar o que está sendo dito, bem como refletir (sobre), comentar o que foi tomado como objeto de ilustração, a fim de fundamentar de modo consistente o que está sendo enunciado não só para convencer ou persuadir o interlocutor, como também para oferecer-lhe pistas que lhe permitam construir um sentido para o texto.

Posta a questão nestes termos, creio que essas considerações deixam anunciar as assunções que aqui tomo para pensar uma distinção entre tipo textual e gênero discursivo. Passemos, então, aos gêneros discursivos.

³ A noção de operações textual-discursivas aqui utilizada remete-nos a uma reflexão sobre atividades de formulação de textos, tecida por Geraldi em *Portos de passagem* (1991, p. 195-271). Quanto ao modo como tais operações se atualizam na constituição de um texto, será demonstrado no item 3, em que cuidarei dos tipos textuais.

⁴ Essa expressão, no universo das discussões deste texto, remete à idéia básica de que o "sentido do discurso é o seu efeito de sentido", isto é, o que se produz, na ordem da significação, pelo fato de ter acontecido um determinado enunciado em determinadas condições de enunciação". (Cf. Possenti, 1988)

3 Gêneros discursivos

Vários trabalhos desenvolvidos no âmbito da Teoria da Enunciação, Lingüística Textual e Análise do Discurso têm-se preocupado em precisar a que realidades do domínio da linguagem a noção de gênero discursivo se refere, e, ao fazê-lo, acabam, por extensão, fornecendo elementos que possam delimitar a noção de tipo textual. Entre esses trabalhos, encontram-se os de Maingueneau (1989), Adam (1987, 1993), Bakhtin (1992) e Marcuschi (1995). Aqui, para a exposição dessa noção, tomarei como referência as palavras de Bakhtin por imposição dos meus pressupostos sobre linguagem/língua, interação, texto, discurso, como se anunciou na nota 1.

Em sua *Estética da criação verbal* (1992), Bakhtin dedica um capítulo à reflexão sobre a heterogeneidade de gêneros discursivos produzidos por e em uma sociedade complexa como a nossa, e os fatores (de natureza vária, lingüística e extralingüística) que influem e confluem na constituição deles.

Na reflexão bakhtiniana, a noção de gênero discursivo reporta ao funcionamento da língua em práticas comunicativas reais e concretas, construídas por sujeitos que interagem nas esferas das relações humanas e da comunicação. É no interior dessas esferas, correspondentes às instâncias públicas e privadas do uso da linguagem, que se elaboram os gêneros discursivos, para responderem às necessidades sócio-interlocutivas dos sujeitos que nelas se inter-relacionam. Dada a diversidade de esferas da atividade e da comunicação humana, as quais refletem a diversidade das relações (inter e intra) socioculturais dos grupos sociais, os gêneros discursivos são múltiplos, heterogêneos, os quais, se abordados sob um ponto de vista teórico-metodológico, situam-se em um sistema *continuum* de situações discursivas, em cujas extremidades estariam, de um lado, a conversação espontânea e, de outro, os artigos de vulgarização científica. (cf. Marcuschi, 1995)

Para Bakhtin, os enunciados de um discurso se definem pela natureza dos gêneros discursivos, constitutivos (da) e constituídos em circunstâncias enunciativas peculiares às esferas das relações sociais. Quaisquer que sejam a extensão, o conteúdo semântico, os recursos lingüísticos e a sua composição estrutural, o discurso, materializado na forma de texto apresenta características que lhe são geralmente comuns, moldadas pelas regras do funcionamento do(s) gênero(s), sendo essas, por sua vez, articuladas no interior das interações das esferas das relações sociais. Dito de outro modo, cada esfera do uso da língua (cotidiana ou não) potencializa os seus próprios gêneros, determinando as formas genéricas e relativamente estáveis de manifestação dos discursos, no que tange aos aspectos temático, estilístico e composicional.

Essa propriedade dos gêneros – a de que são formas relativamente estáveis de manifestação de discurso – reflete os modos de sistematização e/ou normatização historicamente construídos pelos sujeitos em seus processos interacionais, os quais, para estabelecerem com os seus interlocutores relações dialógicas, necessitam atualizar normas e restrições lingüístico-discursivas e temáticas que regem as práticas socio-

culturais da área de atividade social em questão. Somente para exemplificar, pois mais adiante procurarei deter-me nesse ponto, é notório para nós, sujeitos (vivendo em sociedade complexa como nossa), que um bate-papo possui regras (pragmáticas, textuais e lingüísticas) de funcionamento diferentes das de uma entrevista para fins de trabalho, que, por sua vez, diferem das de um comício em praça pública, das de uma palestra, das de uma aula, etc., etc., etc. Ainda que não dominemos tais gêneros, por não convivermos com alguns deles como interlocutores imediatos, sabemos muitas vezes reconhecê-los, precisar-lhes a diferença em função da relação entre o uso da linguagem e as esferas sociais em que se exercem essas atividades.

Esse pressuposto de que a constituição (natureza e delimitação) dos gêneros vincula-se (a) e reflete as esferas de uso da língua já se revelava em outra obra⁵ desse teórico russo (1990, edição brasileira), onde se lê às páginas 113 e 114:

a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação. (...) A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor.

A respeito da aquisição e domínio desses gêneros discursivos por parte dos sujeitos, Bakhtin (1992, p. 302) afirma que

as formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os gêneros do discurso, introduzem-se em nossa experiência e em nossa consciência conjuntamente. (...) Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, menos ainda, é óbvio, por palavras). Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.

Historicamente gerados no e pelo trabalho lingüístico empreendido pelos sujeitos, os gêneros discursivos submetem-se a um conjunto de condições que cercam o seu funcionamento sócio-interlocutivo, definido em e por seus processos de

⁵ Aqui se faz alusão aos escritos de Bakhtin organizados no livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, publicado no Brasil na década de 90, pela editora Hucitec, e originalmente publicado em 1929, em Leningrado. Já as reflexões sobre os gêneros discursivos, presentes na obra *Estética da criação verbal*, foram escritas em 1952-1953, quase vinte anos depois, e publicada originalmente em Paris, nos anos 80, após a morte desse teórico russo. A respeito do percurso das reflexões bakhtinianas, reporto-me aos prefácios, ricos e esclarecedores, das referidas obras.

produção e recepção, bem como o seu circuito de difusão, a saber: a instância social de uso da linguagem (pública ou privada); os interlocutores (locutor e destinatário); o lugar e o papel que cada um desses sujeitos representa no processo interlocutivo, os quais, em grau maior ou menor, sofrem as injunções do lugar social que cada um ocupa na sociedade; a relação de formalidade ou não entre eles; o jogo de imagens ali presente e o jogo de vozes socialmente situadas, orientando o que pode ou não ser dito e como se deve fazê-lo; a atitude enunciativa do locutor (intuito discursivo) em relação ao seu objeto de dizer e ao seu destinatário; as expectativas e finalidades deste aliadas à sua atitude responsiva em relação ao que está sendo enunciado; o registro e a modalidade lingüística e o veículo de circulação. Todos esses fatores, em sua relação, imprimem ao discurso uma configuração peculiar no que tange: I) à abordagem do tema (variável conforme as esferas da comunicação verbal); II) ao arranjo esquemático (global) em que o conteúdo semântico se assentará; III) aos modos de organização discursivos (atualização da narração, da descrição, etc); IV) por fim, à seleção dos recursos lingüísticos (o estilo). Enfim, todos esses fatores orientam o modo como o discurso se materializa no texto, pertencente este a um dado gênero, construído na e por uma esfera da atividade e comunicação humana.

No quadro dessas reflexões, percebe-se a ênfase colocada por Bakhtin (1992) na questão das relações intersubjetivas, no que diz respeito ao intuito discursivo do locutor (*o querer dizer*) e à atitude responsiva do destinatário. Ele frisa que

o índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário. (...) Elaborar-se (o enunciando) em função da eventual reação-resposta, a qual é o objetivo preciso de sua elaboração. (p. 320) As diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas do destinatário são as particularidades constitutivas que determinam a diversidade dos gêneros do discurso. (p. 325)

No processo mesmo da construção do discurso, o locutor, projetando a *compreensão responsiva* do destinatário, pressupõe os conhecimentos que este possui sobre o assunto, bem como as opiniões, as convicções, os preconceitos que possa ter (ou não) contra a abordagem dada ao tema. A isso soma-se o intuito discursivo do locutor, que se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso e determina toda a organização dos enunciados, no que tange à escolha dos procedimentos composicionais, isto é, aos modos de organização discursivos e à seleção dos recursos lingüísticos, a fim de provocar no seu destinatário o efeito de sentido desejado, efeito esse que poderá refletir-se na atitude responsiva assumida pelo destinatário.

Na base dessas reflexões sobre gênero discursivo está o pressuposto de que a linguagem é uma atividade constitutiva cujo espaço de realização e construção é a interação verbal. Atribuir à linguagem esse estatuto, como pondera Bakhtin, implica considerá-la como algo que *não* está de antemão pronto, ou seja, dado como um sistema de que o sujeito se apropria, mas como algo que se constitui fundamentalmen-

te no e pelo trabalho lingüístico empreendido pelos sujeitos nos processos interlocutivos atualizados nas diferentes esferas de atividade humana que integram. É nesse trabalho lingüístico, na produção de discursos, que os sujeitos agem sobre a linguagem, construindo ou redimensionando recursos lingüísticos que possam evidenciar e/ou provocar o *sentido* por eles desejado ao que está sendo enunciado. E é nesse território de atos dialógicos, fundadores das ações interativas, agenciadoras de relações com outros discursos, que os sujeitos se constituem como tais, na medida em que, pela e na linguagem, potencializada pelos gêneros discursivos, compreendem o mundo, representam-no e agem sobre ele. Dito de outro modo, os sujeitos se constituem como tais, ou sua consciência se forma (cf. Bakhtin, 1990) no processo de interiorização de discursos preexistentes, materializados nos diferentes gêneros discursivos, atualizados nas contínuas e permanentes interlocuções de que vão participando. Assim, esses sujeitos, constitutiva e dialogicamente passam a dominá-los e até deliberadamente alterar-lhes o funcionamento, introduzindo nos gêneros de uma dada esfera da atividade social os procedimentos composicionais e o estilo de outros pertencentes a outra(s) esfera(s).

À luz desse quadro, Bakhtin distingue os gêneros em dois conjuntos: gêneros primários e gêneros secundários, os quais correspondem a um espectro diversificado dos usos oral e escrito da língua. Os gêneros primários se constituem em situações discursivas construídas em instâncias privadas, ou seja, em esferas cujas atividades estão vinculadas às experiências cotidianas e/ou íntimas: a conversação espontânea, produzida no âmbito familiar, ou entre amigos, cartas pessoais e íntimas, bilhetes, diário íntimo, anotações particulares em agenda (ou algo que o valha), convites informais (escritos ou orais), etc. Já os gêneros secundários figuram em situações discursivas construídas em instâncias públicas, ou seja, em esferas cujas atividades sócio-culturais têm um caráter relativamente mais formal, tais como: conferências, palestras, entrevistas, assembléia e reunião de um modo geral, aula, cultos religiosos de um modo geral, Bíblia, orações (rezas) (estes também se atualizam em instâncias privadas), sermões, cartas comerciais (e documentos similares), atas de reuniões, relatórios, formulários burocráticos, biografias, autobiografia, documentos e ritos jurídicos (processos de defesa, de acusação, as petições, as sessões públicas (ou não) de julgamento), documentos legislativos, receitas culinárias (estes também veiculam nas instâncias privadas) e médicas, editorial, reportagens, notícias, propagandas de um modo geral, romance, contos, crônicas, lendas, fábulas, poemas, teatro, novela, artigos de vulgarização científica, tese, monografia, etc.

Há também entre os gêneros relações intercambiáveis – ora de inclusão, ora de transmutação –, em que um é absorvido por outro. A maioria dos gêneros literários, como, por exemplo, o romance, incorpora na constituição de seu texto diversos gêneros, primários e secundários, tais como a réplica de diálogo cotidiano, as cartas pessoais e íntimas, o diário íntimo, as canções, as lendas, as trovas, as rezas (orações), os poemas, etc. Só para ilustrar, apontamos o **Grande sertão: veredas**, cujo

autor, na constituição dessa obra, explorou ao máximo os gêneros discursivos, principalmente, os da cultura sertaneja. Entre os que se submetem a uma relação de transmutação, encontram-se alguns gêneros secundários, que, com relativa frequência, no mundo das comunicações interativas da vida cotidiana, são deliberadamente alterados pelos sujeitos. Por exemplo, em uma conversa íntima entre marido e mulher, um deles, a fim de provocar uma brincadeira, ou efeito de humor, em voz impostada, confere ao próprio discurso um tom pomposo, eivado de uma reverência exagerada, repleto de expressões arcaicas ou inusitadas, parodiando um discurso típico dos que se realizam em uma tribuna parlamentar. Outro exemplo conhecido por nós são as propostas de receitas culinárias que, anunciando ingredientes e porções advindos não da gastronomia mas do universo dos sentimentos e qualidades humanas (amor, amizade, beleza, charme, etc.), passam a cumprir funções pragmáticas bem diferentes daquelas previstas para o uso desse gênero, a saber, declaração de amor, de amizade, recomendações de como conseguir manter a beleza, o charme, etc. Essa prática discursiva é muito comum entre crianças e adolescentes em trocas de correspondência que se efetivam principalmente na esfera escolar. Além dessa prática, muitos desses sujeitos têm igualmente redimensionado os usos e funções pragmático-sociais de suas agendas particulares, na medida em que a utilizam para registrar os momentos felizes, ou não, ocorridos em sua vida (em semelhança ao diário íntimo), as canções de que mais gostam, bem como para colar as fotografias do(a) namorado(a) e do ídolo, e deste, quando conseguem, o registro de autógrafos, mensagens, etc. Nesse caso, essas funções sobrepõem-se à função imediata desse gênero, qual seja, a de permitir que não sobrecarreguemos a nossa memória com os pretensos compromissos de ordem vária e, mediante o uso da escrita, façamos as nossas anotações, às quais, quando necessário, possamos recorrer. Nessa esteira, guardadas as devidas diferenças, têm-se também difundido atualmente, para fins de brincadeiras, piada ou deboche, cartas com uma configuração das comerciais, ou similares, cujos temas versam sobre a rotina do casamento, a impotência sexual masculina ou feminina, a figura da sogra e variantes que cumprem papéis semelhantes. Esses últimos exemplos hipotéticos deixam evidenciar que, para obter mudanças no funcionamento discursivo dos gêneros sobre as pautas temáticas, sobre o uso de recursos lingüísticos, ou sobre a estrutura composicional, os sujeitos têm de dominá-los. Isso implica dizer que eles intuitivamente ou não conhecem a relação entre o uso da linguagem (funcionamento dos gêneros) e o espaço interacional em que eles se atualizam, ou, porque a conhecem, propõem e impõem aos gêneros outras combinações.

Embora o objetivo deste texto não seja o de apresentar de forma exaustiva os gêneros discursivos existentes em nossa sociedade, tarefa difícil não só pela complexidade e pluralidade de gêneros, como também pelo espaço e a natureza deste trabalho, julgo interessante e oportuno, para fins de ilustração, trazer um outro exemplo, igualmente simples, de duas situações discursivas, uma ocorrida em uma instância privada, e outra, em uma pública, vivenciadas pelos mesmos sujeitos. Com is-

so se podem apontar algumas particularidades acerca da natureza e delimitação dos gêneros discursivos, no que tange às estratégias interacionais adotadas pelos interlocutores, à abordagem do tema e a algumas possíveis estratégias textuais na materialização do discurso. A primeira nos remete a uma situação familiar em que pai e filho, em uma conversa versando sobre o plano real, podem tematizá-lo sob um ponto de vista do senso comum, ambos se colocando como cidadãos que sofrem as injunções da política econômica em vigor. Nesse bate-papo, os procedimentos da composição do texto – a organização das informações para veiculação do conteúdo semântico – e a seleção dos recursos lingüísticos seriam controlados pelo intuito discursivo de cada um dos sujeitos, pela abordagem dada ao assunto, pelo próprio contexto imediato da interação, bem como pelas interferências feitas na fala um do outro, ambos disputando e assaltando os turnos em atitude responsiva ao que está sendo dito pelo parceiro, seja para concordar, refutar, complementar, fazer comentários jocosos, ou para simplesmente manter o intercâmbio lingüístico, levando a bom termo o jogo interlocutivo. Tais procedimentos composicionais, do ponto de vista de sua configuração textual, poderiam figurar nos modos de organização discursivo como a narração, descrição, dissertação/argumentação e/ou a injunção. Já em uma reunião formal de trabalho voltado para o mesmo assunto, mas cuja tematização impõe um rigor que se assenta em um saber científico legitimado pela instituição em que se realiza a reunião, esses mesmos sujeitos assumiriam estratégias interacionais diferentes daquelas atualizadas no jogo interlocutivo familiar, bem como agenciariam outras estratégias na construção textual (incluindo algumas daquelas acima mencionadas). Quanto às primeiras, essa diferença pode manifestar-se em função do grau de formalidade entre os interlocutores, imposto pelos papéis sociais (hierárquicos) desempenhados por eles. Por exemplo, explícita ou tacitamente, ou polidamente, esses participantes, para evitar os assaltos aos turnos dos parceiros, comportamento típico da interação informal, poderiam negociar um tempo determinado de fala para cada um, o que obviamente iria influenciar nos procedimentos da composição textual, seja no nível microestrutural seja no macroestrutural. Assim, quanto à atividade da composição textual, circunscrita às formas padronizadas do discurso em que se materializará o gênero, os interlocutores, orientados pelo seu intuito discursivo, e projetando as atitudes responsivas de seus parceiros na verbalização das informações, selecionariam os recursos lingüísticos que adequadamente serviriam a sua finalidade enunciativa: convencer, persuadir, agradar, impressionar, etc. Para tanto, eles teriam de atualizar operações discursivas modalizadas na forma de narração, descrição, argumentação, etc., que lhes permitissem fundamentar, justificar, explicar, completar, repetir, parafrasear, corrigir, resumir, enfatizar o que está sendo enunciado, visando não só à compreensão dos parceiros como também à consecução do efeito de sentido desejado, fazendo cumprir o seu projeto discursivo.

A respeito desse último exemplo, aqui se está apontando apenas um dos possíveis funcionamentos discursivos do gênero *reunião*. Na verdade, tal gênero não

se mostra homogêneo, na medida em que corresponde a formas de interação cuja atualização configuracional pode-se dar de modo múltiplo, combinando procedimentos de negociação de fala, organização textual e abordagem temática adequados ao projeto discursivo dos participantes, orientado pela instância social de uso da linguagem. Isso evidentemente não se limita às reuniões, mas pode incluir outros gêneros, como, por exemplo, as cartas produzidas em instâncias públicas, que vêm apresentando, ao longo do tempo, uma dimensão configuracional multifacetada, resultante de práticas de interação sócio-históricas construídas nas instituições sociais que as produzem, práticas essas que se ambientam em uma cultura em que a circulação e difusão se faz por via impressa e eletrônica. Aí estaria um trabalho de pesquisa que me parece instigante empreender, a fim de saber como esse gênero discursivo, construído há dezenas de séculos, vem criando verdadeiras redes de representações de escrita, de texto e de modos de interação, as quais, por se reportarem a um tempo extenso, não deixam de refletir e acompanhar as variedades virtuais dos usos da linguagem.

Para encerrar e complementar essas considerações, recorro agora a algumas reflexões tecidas por Marcuschi (1995), cujas idéias dialogam, em grande medida, com as observações bakhtinianas sobre a noção de gênero.

Esse lingüista brasileiro, a fim de esclarecer a que tipo de funcionamento se presta o conceito de gênero, faz um levantamento de um conjunto hipotético de realidades empíricas que possam retratar as condições de funcionamento de alguns dos gêneros nas esferas de atividades sociais, bem como examina os possíveis traços lingüísticos que podem manifestar-se na constituição textual dos mesmos.

A rigor, Marcuschi opera com a mesma noção de gênero empregada na obra de Bakhtin: gêneros discursivos, por ele denominados gêneros textuais,⁶ são formas de uso da língua, construídas à luz dos objetivos dos falantes e da natureza do tópico (tema) proposto na situação comunicativa. Pondera o mesmo que “os gêneros não ‘existem’ objetivamente como um dado, mas se constroem na interação comunicativa e são fenômenos contextualmente situados.” Além disso, assevera que os sujeitos, em seus processos interlocutivos, para tomarem decisões acerca do processamento do texto (recepção e produção) pertencente a um dado gênero, orientam-se por um saber social, um saber intuitivo, construído nas esferas das relações sócio-comunicativas com as quais interagem, tal como pensa Bakhtin. É esse saber, correspondente a um conhecimento de natureza tipológica, que pode explicar a razão pela qual é tão comum os interlocutores especificarem o tipo de gênero discursivo que estão produzindo ou lendo/ouvindo. Assim, segundo esse lingüista, é comum

⁶ Marcuschi (1995) em *Fala e escrita: relações vistas num continuum tipológico com especial atenção para os dêiticos discursivos*, adota a terminologia gênero textual ao invés de gênero discursivo. A meu ver, essa diferença é somente de ordem terminológica, e não conceitual, como procurarei mostrar no decorrer de minha exposição. Contudo, para não romper com o tratamento terminológico aqui utilizado neste texto, mantereí a expressão gênero discursivo.

que os estudiosos usem o termo “gênero” para se referirem às práticas correntes de comunicação existentes em nossa sociedade. E exemplifica (op. cit., p. 4):

- | | | |
|--------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| – no telefonema de ontem... | – aula de hoje... | – nessa discussão... |
| – minha conferência foi... | – o debate de ontem... | – a entrevista de fulano... |
| – o bate-boca daquela noite... | – a piada do dia é... | – a reportagem de ontem... |
| – o editorial desse jornal... | – a carta de minha mãe.... | – o horóscopo de hoje... |
| – o artigo sobre... | – o relatório da escola... | – o resumo do artigo... |
| – a petição do advogado... | – o bilhete de meu amigo... | |

Fazendo uma descrição mais específica de alguns traços lingüísticos que podem apresentar-se de modo recorrente na configuração formal de textos pertencentes a alguns gêneros do discurso, como se anunciou acima, Marcuschi comenta que estes, por possuírem um alto grau de estereotipia, ou seja, por exibirem formas relativamente estáveis de manifestação do discurso, trazem muitas vezes na superfície textual algumas marcas lingüísticas geralmente previsíveis e identificáveis de imediato pelos sujeitos. Exponho aqui alguns exemplos por ele sugeridos (p. 4):

- era uma vez... (abertura de histórias ficcionais, conto de fadas)
- conhece aquela do português... (piada)
- tome dois quilos de açúcar e adicione... (receita)
- o tema de hoje será a Revolução Francesa (conferência ou aula)
- prezado amigo... (abertura de carta)
- eu o condeno a cinco anos... (julgamento em tribunal)
- alô quem é?... (telefonema)

Se quiséssemos ampliar essa listagem, com certeza encontraríamos mais algumas estruturas lingüísticas previsíveis na configuração formal desses gêneros, como igualmente outras tantas relativas aos demais aqui não mencionados. Essa previsibilidade no uso dos recursos lingüísticos, na realização dos enunciados, não deve ser, contudo, encarada como uma impossibilidade de os sujeitos não poderem selecionar outras formas lingüísticas para dizer o que têm a dizer, nem que os gêneros discursivos figuram como uma *camisa de força* à qual os sujeitos se submetem, (aliás, em passagens anteriores procurei apontar a plasticidade presente neles). Ao contrário, para se pensar essa questão é preciso observar que essas construções são fórmulas históricas que surgiram ao longo do tempo e práticas sociais resultantes do trabalho lingüístico empreendido pelos sujeitos em suas relações sócio-interacionais, como já se expôs. E, resultantes do trabalho lingüístico, elas são socialmente avaliadas e dotadas de um certo valor no que concerne à finalidade e à eficácia do uso. Este, por sua vez, vai sendo disseminado nos e pelos próprios processos interlocutivos atualizados nas esferas das atividades sociais. A escolha, por parte do sujeito, de recursos lingüísticos, dentre outros disponíveis ou virtualmente possíveis, reflete uma ação individualizada desse sujeito sobre e no próprio trabalho lingüístico construído

coletivamente nos processos interlocutivos de que vem participando. Ao escolher, o faz [*fá-lo !!, essa escolha me perturba (sic !)*] por razões do seu projeto discursivo em consonância com o gênero, o seu destinatário e a instância do uso da linguagem.

Creio que essas considerações tenham-me possibilitado atender a parte do propósito deste texto – o de refletir sobre a noção de gênero. Antes, porém, de passar à discussão sobre a questão de tipo textual e, então, de fato, cumprir o intento deste trabalho, julgo necessário, mais uma vez, mesmo correndo o risco de ser redundante, dizer que o funcionamento a que se presta a noção de gênero, como uma categoria de análise, define-se por uma abordagem das manifestações concretas do discurso, cujas formas de materialidade (textual) são determinadas pelos gêneros discursivos produzidos pelos sujeitos nas e pelas instâncias sociais de uso da linguagem. Sob esse ponto de vista, e retomando a problematização anunciada na introdução deste trabalho, a noção de gênero discursivo reenvia, em termos operacionais, a um estudo do uso (dimensão pragmático-social), da forma (dimensão lingüístico-textual) e do conteúdo temático dos discursos (dimensão temática/macroestrutural) materializados na forma de texto. Em suma, para se depreender a natureza do gênero discursivo, as entradas que se fizerem no texto (aqui tomado como a unidade de análise) hão de contemplar todas essas dimensões que o constituem; caso contrário, se apenas iluminarmos uma delas, deixando as outras à sombra, neutralizando-as, podemos correr o risco de estar lidando com uma outra realidade lingüística e, conseqüentemente, criando um outro objeto de estudo.

4 Tipos textuais

Mesmo sem uma preocupação imediata de delimitar a que funcionamento se prestava a noção de tipo textual precisando a que realidades da linguagem poderia ela referir-se, já no início deste trabalho, bem como no decorrer da exposição do item 3, fui sinalizando a direção que me parece adequada para pensar as condições de funcionamento dessa categoria de análise, no tratamento do texto, quando da apresentação de uma brevíssima análise sobre a relação de implicação entre carta e narração (e/ou descrição dissertação/argumentação, injunção), a fim de apontar como esta pode atualizar-se na organização textual daquela (ou seja, daquele gênero discursivo). Passo agora a focalizar essa questão.

Em alguns estudos desenvolvidos no âmbito da lingüística textual,⁷ “tipo textual” é uma noção que remete ao funcionamento da constituição estrutural do

⁷ Para as considerações que aqui tecerei sobre a noção de tipo textual, utilizarei reflexões provenientes de diferentes quadros teóricos. O meu propósito não é o de situá-la no interior de cada um deles, resenhando as perspectivas que os orientam. O que pretendo é articulá-los de modo que possa elaborar uma síntese dessa noção, apontando as dimensões que concorrem para o seu funcionamento. Acredito que, ao fazê-lo, não estarei rompendo com a idéia fundante presente em cada um desses quadros. Destaco as fontes nas quais me apóio para tal reflexão: Orlandi (1987), Fávero e Koch (1987), Adam (1987, 1991), Charaudeau (1992).

texto, isto é, um texto, pertencente a um dado gênero discursivo, pode trazer na sua configuração vários tipos textuais como a narração, descrição, dissertação/argumentação e injunção, os quais confeccionam a tessitura do texto, ou, nas palavras de Bakhtin, constituem a estrutura composicional do texto segundo os padrões do gênero. Por exemplo, no romance, um dos gêneros do discurso literário, podem aparecer em sua estrutura composicional vários tipos textuais, tais como: a narração, para relatar os acontecimentos, os fatos e a progressão das ações dos personagens; a descrição, para caracterizar ou dizer como são os personagens, as ações praticadas por elas, o cenário em que as ações estão se realizando; a dissertação/argumentação para comentar, avaliar as ações dos personagens, seus sentimentos e atitudes. Nessa perspectiva, tipo textual é amplamente tomado como uma categoria que se presta a pensar e caracterizar o funcionamento de um dos planos constitutivos do texto – a estrutura interna da configuração textual.

Considerando-se que o discurso se materializa no texto, cujo plano estrutural assume uma dada configuração em virtude de uma correlação entre os elementos de sua organização e suas condições de produção, podem-se, especificando um pouco mais essa noção, tratar os tipos textuais como modos enunciativos de organização do discurso no texto (cf. Charaudeau, 1992), efetivados por operações textual-discursivas (como se mencionou nos itens 2 e 3), construídas pelo locutor em função de sua atitude discursiva em relação ao seu objeto do dizer e ao seu interlocutor. Tudo isso é regulado pelo gênero a que o texto pertence e pela situação interlocutiva, ambientada em dada instância social do uso da linguagem. Dito de outro modo, o locutor atualiza uma série de operações textual-discursivas, que incidem nos níveis micro e macroestruturais da configuração formal e conceitual do texto, as quais são geradas e ativadas no processo da produção textual, para atingir o seu objetivo enunciativo e, conseqüentemente, efetivar o efeito de sentido que ele pretende provocar no interlocutor. Essas operações podem modalizar-se na forma de: a) narração, se o que se quer é contar, apresentar os fatos, os acontecimentos; b) descrição, se o que se quer é caracterizar, dizer como é o objeto descrito, fazendo conhecê-lo; c) dissertação/argumentação, se o que se quer é refletir, explicar, avaliar, comentar, conceituar, expor idéias, pontos de vista, para dar a conhecer, para fazer saber, fazer crer, associando-se à análise e à interpretação; d) a injunção, se o que se quer é incitar a realização de uma ação por parte do interlocutor, orientando-o e aconselhando-o como fazê-lo. Enfim, o que se busca é o fazer fazer, o fazer agir do outro.

Saliente-se que esses modos enunciativos assumem uma função específica e variável na constituição do texto, em razão da finalidade comunicativa que este engloba. Por exemplo, as seqüências narrativas não se inscrevem da mesma maneira na construção do sermão, da notícia, do conto de fadas, da conversação espontânea, etc. Enquanto nas narrativas presentes em romances, contos de fadas, a ordenação cronológica dos episódios pode ser dominante, numa disposição em que há sempre uma relação de anterioridade e posterioridade em relação à seqüenciação linear dos

fatos na ordem de seu acontecimento em textos noticiosos, tal ordenação pode não assumir essa rigidez, colocando-se primeiramente em evidência o sumário do assunto em questão, na forma de manchete e *lead*, e em seguida apresentando-se o evento principal, a que se sucedem as conseqüências do fato e as suas causas, ou vice-versa, atribuindo-se, estrategicamente, às informações veiculadas nestas ou naquelas, uma relevância mais elevada (cf. Van Dijk, 1992). Da mesma forma, as seqüências descritivas presentes em bula de remédio, em manual de instruções de montagem de aparelhos eletroeletrônicos, em processos jurídicos (defesa ou acusação), em conto, em romance, ou em verbetes de enciclopédias, atualizam-se de modo diferenciado. Em alguns romances, epopéias, histórias de ficção científica, a descrição, geralmente a serviço da ação narrativa, cumprindo funções de natureza ornamental ou estética, dentre outras, suspende o fluxo narrativo para focalizar detalhadamente os personagens, suas ações, o cenário, etc. Por sua vez, nas bulas de remédio, nos verbetes de enciclopédias, modaliza-se a descrição, didaticamente, para se definirem, se caracterizarem, se enumerarem de modo objetivo os elementos ou aspectos que compõem o objeto descrito. Por essa via, a noção de tipo textual subsume uma dimensão discursiva se se considera que cada tipo é objeto de modalização específica, dada a natureza do gênero a que o texto pertence. Retomando e resumindo, pode-se dizer que "tipo textual" figura como uma noção que se define pela determinação das relações internas da organização estrutural do discurso concretizadas no texto, as quais se dimensionam à luz do projeto discursivo do locutor.

Para avançar um pouco mais nessa discussão, tomemos agora as relações intercambiáveis entre os tipos textuais na configuração estrutural do textos, relativamente similares às que ocorrem com os gêneros. Em textos como, por exemplo, o sermão, a tese acadêmica, as peças jurídicas, os artigos publicitários, etc., a construção argumentativa pode se dar através da narração, descrição, injunção, dissertação, verdadeiras operações textual-discursivas, com vistas ao cumprimento da finalidade enunciativa do discurso: provar, evidenciar, ilustrar, demonstrar, orientar, constatar, etc.; o que está sendo enunciado. Assim, na tessitura dos próprios argumentos, pode-se contar um determinado fato, descrevê-lo, comentá-lo, avaliá-lo, tomá-lo como exemplar ou não (casos de refutação) para orientar, aconselhar o interlocutor, bem como podem-se apresentar depoimentos, relatos, testemunhos, (inserção de gêneros primários) de modo a fazer saber, fazer crer, fazer agir, isto é, persuadir e convencer interlocutor, transformando-o e conquistando a sua adesão (ou concordância com) ao que está sendo dito, instigando-o, desse modo, a aderir ao universo discursivo do locutor (verdades, crenças, etc.). Há, entretanto, alguns textos, cuja organização estrutural se dá em torno de um modo de organização enunciativo dominante, que se sobrepõe aos outros também presentes na sua configuração. Só para citar, têm-se o romance, o conto, as fábulas, as parábolas, os apólogos, em que predomina a narração. Nestes três últimos gêneros, a narração é estrategicamente usada como um modo enunciativo para argumentar.

Vale ressaltar ainda que em todo e qualquer discurso subjaz um veio de argumentatividade que se projeta, em grau maior ou menor, em função do projeto discursivo do locutor. Há alguns discursos em que essa orientação argumentativa chegar a atingir o grau máximo, numa manifestação lingüística explícita dos enunciados. Ilustram-se isso os textos pertencentes ao gênero publicitário (as propagandas de modo geral); ao jornalístico (o editorial, reportagens, as matérias opinativas em geral); ao jurídico (os processos judiciais com as peças de defesa e acusação) e ao gênero do discurso religioso (o sermão, os salmos, etc.). Ao modo enunciativo presente em textos dessa natureza atribui-se o nome de argumentativo *stricto sensu* (cf. Fávero e Koch, 1987), distinguindo-se assim do modo dissertativo/expositivo, pois neste a orientação argumentativa pode não necessariamente construir-se explicitamente pelo jogo da persuasão.

Em suma, nas palavras de Fávero e Koch (1987, p. 9):

Num continuum argumentativo, podem-se localizar textos dotados de maior ou menor argumentatividade, a qual, porém, não é jamais inexistente: a narrativa é feita a partir de um ponto de vista, na descrição, selecionam-se os aspectos a serem representados de acordo com os objetivos que se têm em mente; a exposição de idéias envolve tomadas de posição (nunca se tem a coisa em si, mas como ela é vista por alguém) e assim por diante.

Nesta perspectiva, não há textos cujos discursos se apresentam neutros, não eivados por alguma carga ideológica (na acepção mais ampla do termo). Do mesmo modo, do ponto de vista da sua configuração estrutural, não há textos puros e homogêneos, mas, sim, como bem afirma Adam (1991, p. 11), o texto “é uma estrutura de seqüências heterogêneas, complexas, na qual podem figurar seqüências de tipos diversos, ou uma seqüência de tipo dominante”.

Em uma linha teórica relativamente semelhante a essa, encontram-se os trabalhos de Van Dijk (1983, 1992), cuja discussão se centra na relação entre macroestrutura textual (conteúdo semântico global do texto) e superestruturas ou esquemas textuais. Para esse lingüista holandês, tal como para Bakhtin, alguns textos produzidos na e pela sociedade, pertencentes aos gêneros discursivos, possuem esquemas globais relativamente convencionais que organizam a macroestrutura (plano semântico/tema) do texto. E são esses esquemas, ou superestruturas, como pondera Van Dijk, que contribuem para caracterizar o tipo textual atualizado no texto. Embora tenha estudado somente os tipos narrativo e o dissertativo/argumentativo, em histórias, notícias e propagandas, respectivamente, para verificar-lhes a configuração da superestrutura, esse lingüista, em interlocução com outros teóricos, pressupõe (por extensão) que a descrição e a injunção igualmente demandam uma arquitetura textual, dando a cada uma delas uma dimensão configuracional peculiar.

Simplificadamente, pode-se resumir aqui este princípio, dizendo-se que a superestrutura, do ponto de vista configuracional, são modelos abstratos (construtos

teóricos) que se constituem por uma série de categorias (partes), umas obrigatórias, outras opcionais, as quais se organizam, esquemática e hierarquicamente, determinando os arranjos (macroproposições) possíveis para estruturar conceitualmente o conteúdo informacional (macroestrutura semântica global) veiculado no texto. Por exemplo, a superestrutura da narrativa canônica presente em textos dos gêneros como o conto de fadas, as fábulas, lendas, relatos/depoimentos, narrativas de costumes, novelas, romances, etc. é basicamente composta das seguintes categorias: situação inicial, complicação/clímax, resolução, situação final, muitas vezes, seguidos da moral da história (a coda). Já a da dissertação/argumentação, presente em textos como sermão, editorial, algumas propagandas, teses acadêmicas, peças judiciárias etc., se organiza esquematicamente por estas categorias: tese (problematização), o conjunto dos argumentos (argumentação ou justificativa propriamente dita) e a conclusão (solução do problema). O modelo superestrutural do tipo descritivo atualizado em textos como guias turísticos, romances, manuais instrucionais, resenhas de jogos, etc., funda-se nas seguintes categorias: palavra de entrada – objeto ou tema/título (a coisa a ser descritiva); especificação do objeto descrito – denominação, definição, expansão e/ou divisão (situação espaço-temporal e qualificação). Por fim, o da injunção constitui-se por uma prescrição de comportamentos seqüencialmente ordenados: ação1 + ação2 + ação3 ação_n = resultado ou produto, em se tratando de textos como: receita culinária, receita médica, bulas de remédio, manuais de montagem de objetos em geral, resenhas instrucionais de jogos, etc.. Já em textos como horóscopo, profecias, boletins meteorológicos, previsões em geral, há uma variação na natureza das categorias: evento1 + evento2 + evento3 eventon. Os modelos esquemáticos dos tipos descritivo e injuntivo, conforme ponderam Adam (1987), Fávero e Koch (1987),⁸ inscrevem-se na tessitura do texto, atualizadas em macroproposições, que, articulando-se umas com as outras, compõem a rede superestrutural, cuja somatória resulta numa dada configuração textual. Nesse quadro, e retomando o que disse há pouco, tipos textuais ou modos de organização discursivos – narrativo, descritivo, injuntivo, dissertativo/argumentativo – possuem uma função estrutural e estruturante na organização interna do texto.

Vale reafirmar que os textos orais e escritos, pertencentes aos gêneros discursivos produzidos na e pela sociedade, não se apresentam puros, homogêneos. Difícilmente se encontram textos em cuja estruturação há somente formas enunciativas descritivas, injuntivas, narrativas ou dissertativas/argumentativas. Ou, em outras palavras, os textos atualizados nos processos sócio-interlocutivos, não são homogêneos em relação a esses tipos. Ao contrário, tomados em sua forma esquemática, são modelos abstratos, construtos teóricos (como já se mencionou), cujas designações são teoricamente fundadas e dedutivamente derivadas para descrever e identificar os planos que compõem funcionamento de textos (cf. Marcuschi, 1995). Em suma, os es-

⁸ Não é propósito deste trabalho aprofundar essas questões, pelo que remeto o leitor ao trabalho desses autores.

quem superestruturais acima expostos possuem uma existência teórica à parte, abstraída da realização empírica de qualquer texto, concreto, real, construído nas relações interlocutivas sociais. Esses esquemas, em termos operacionais, figuram como instrumentais teórico-metodológicos, construídos *ad hoc*, para implementar análises que atuam nesse domínio textual.

5 Considerações finais

Ao fim dessas observações, resumidamente, à luz desse quadro teórico, pode-se dizer que essas caracterizações atribuídas à noção “tipo textual” se imbricam de tal modo que uma exerce pressão sobre a outra, dimensionando-a como categoria de análise que se define à luz de um conjunto de princípios textual-discursivos, que incidem fundamentalmente sobre planos internos da composição do texto, nos quais se atualizam os modos de organização discursivos que nele figuram. Esses modos discursivos, ou tipos textuais, como se expôs, assumem formas e funções variáveis e específicas, dada a natureza do gênero a que pertence o texto.

Por seu lado, “gênero discursivo” é uma designação que diz respeito a todas e quaisquer manifestações concretas do discurso produzidas pelos sujeitos em uma dada esfera social do uso da linguagem. Como se expôs, os gêneros são formas de funcionamento da língua que nós, sujeitos, construímos e atualizamos na forma de texto, nas situações discursivas de que participamos. São fenômenos contextualmente situados, (re)conhecidos por nós empiricamente. Ou seja, sabemos o que é uma carta, um bilhete, uma piada, um bate-papo, uma história, um caso, uma notícia, uma missa, etc., na medida em que (e à medida que) convivemos com essas formas de interlocução em nossa sociedade. Em suma, as expressões “gênero discursivo” e “tipo textual”, tomadas como categorias de análise, recobrem realidades distintas do funcionamento do discurso, o que, do ponto de vista teórico-metodológico, não impede que haja entre elas uma relação de entrecruzamento, para pensar e caracterizar como se manifesta o discurso no texto. Essa distinção, tal como sugere Marcuschi (1995, p. 3), “equivalaria a uma distribuição entre uma classificação empírica e uma classificação teórica”. À luz desse princípio, afirma esse lingüista, como já se disse, “um tipo seria muito mais um constructo teórico, ao passo que um gênero seria uma identificação empírica, mas não necessariamente a identificação de um evento”.

Por fim, convém dizer que as reflexões aqui desenvolvidas sobre a que funcionamento se prestam as noções de gênero discursivo e tipo textual, como categorias de análise, em trabalhos que se propõem um estudo de tipificação de textos, não devem ser encaradas como uma solução pronta e acabada. A isso some-se igualmente a escolha da terminologia para referir-se aos dados, tendo em vista a sua natureza e extensão, aqui colocados em análise. Aliás, a respeito disso, como se mencionou na introdução, considera-se que o mais importante é que se volte mais a atenção para os

conceitos que para os nomes em si. Igualmente, vale dizer que não é necessário que todos aqueles que proponham um trabalho de tipificação de textos adotem uma mesma classificação. Creio que, na adoção de uma ou de outra dessas categorias, parece prudente que se explicita que princípios teórico-metodológicos os orientam na escolha de uma ou de outra, de modo que se possa saber o que se está tomando como ponto de observação, ou que dimensões do funcionamento da linguagem se está contemplando.

ABSTRACT

Cet article a pour but de réfléchir sur le fonctionnement des notions de genre discursif et de type textuel, quand elles sont utilisées comme des catégories d'analyse des textes produits dans et par la société. Avec cet objectif, nous proposons une distinction théorique et méthodologique entre ces notions, pour considérer que chacune se rapporte à des réalités différentes dans le fonctionnement du discours.

Referências bibliográficas

- ADAM, Jean Michel. Textualité et séquentialité. L'exemple de la description. *Langue Française: la typologie des discours*. Paris: Larousse, n. 74, p. 51-71, maio 1987.
- ADAM, Jean Michel. Cadre théorique d'une typologie séquentielle. *Études de linguistique appliquée: textes, discours, types et genres*. Paris: Didier Érudition, n. 83, p. 7-18, juillet-septembre, 1991.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens e de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- GERALDI, J.W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ISENBERG, Horst. Cuestiones fundamentales de tipología textual. In: BERNARDEZ, Enrique (Org.). *Lingüística del texto*. Madrid: Asco/Libros, 1987, p. 97-129.
- KOCH, I. G. Villaça & FÁVERO, L. Lopes. Contribuições a uma tipologia textual. *Letras & Letras*. Uberlândia: EDUFU, v. 3, n. 1, p. 3-10, junho 1987.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Fala e escrita: relações vistas num continuum tipológico com especial atenção para os dêiticos discursivos*. ENCONTRO NACIONAL SOBRE FALA E ESCRITA, 2, 1995, Maceió. (Mimeogr.)
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 1987.
- SILVA, J. Quintiliano. *As tipologias textuais e a produção de texto na escola*. Belo Horizonte, FAE/UFMG, 1995. (Dissertação. Mestrado em Educação)
- VAN DIJK, Teun. *La ciencia del texto: um enfoque interdisciplinário*. Buenos Aires/Barcelona: Paidós, 1983.
- VAN DIJK, Teun. *A cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992.